

A NECESSIDADE DA INCLUSÃO DE DISCIPLINAS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE NO CURRÍCULO OBRIGATÓRIO DO ENSINO

Francisco Felipe Moura Fontele¹
Maria Elza Soares da Frota²
Vanusia Carlos Diniz³

The need to include subjects on gender, sexuality, and diversity in the mandatory high school curriculum

Resumo:

O debate sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas têm se tornado cada vez mais necessário para a construção de ambientes educativos inclusivos e respeitosos. Partindo do pressuposto de que a educação formal deve promover a equidade e combater o preconceito, esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos estudantes do ensino médio sobre a disciplina eletiva "Gênero e Diversidade" e defender sua inclusão como componente curricular obrigatório. Fundamenta-se nos estudos de Louro (1997), Scott (1995) e Bento (2006), que discutem gênero como categoria de análise e suas implicações na educação. A pesquisa adotou o método de estudo de caso, com abordagem qualitativa, utilizando como técnicas de coleta de dados rodas de conversa, dinâmicas de grupo e análise de materiais pedagógicos produzidos pelos alunos. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016). Os resultados evidenciam que a disciplina é percebida como essencial pelos estudantes para a promoção da inclusão e a redução do preconceito no ambiente escolar. A significativa defesa pela obrigatoriedade da disciplina reflete o impacto positivo das práticas pedagógicas interativas e reflexivas sobre as percepções dos estudantes. Conclui-se que a inclusão sistemática dessa temática no currículo obrigatório poderá contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com uma sociedade plural e democrática.

Palavras-chave: Gênero. Diversidade. Currículo. Inclusão. Ensino médio.

Abstract:

The discussion on gender, sexuality, and diversity in schools has become increasingly necessary for building inclusive and respectful educational environments. Based on the assumption that formal education must promote equity and combat prejudice, this research aimed to analyze high school students' perceptions of the elective course "Gender and Diversity" and advocate for its inclusion as a mandatory curricular component. The study is grounded in the works of Louro (1997), Scott (1995), and Bento (2006), who discuss gender as a category of analysis and its educational implications. A case study method with a qualitative approach was adopted, using data collection techniques such as conversation circles, group dynamics, and analysis of pedagogical materials produced by students. Data analysis was performed through content analysis, following Bardin (2016). The results show that students perceive the course as essential for promoting inclusion and reducing prejudice in the school environment. The strong advocacy for making the subject mandatory reflects the positive impact of interactive and reflective pedagogical practices on students' perceptions. It is concluded that the systematic inclusion of this topic in the mandatory curriculum may contribute to the formation of more conscious and committed citizens in a plural and democratic Society.

Keywords: Gender. Diversity. Curriculum. Inclusion. High school.

1. Mestre em Ensino de Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Licenciado em Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Coordenador pedagógico na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Prefeito Dário Campos Feijó, Martinópolis - CE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5178-7136>.

2. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Licenciada em Física pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Professora de Física na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Prefeito Dário Campos Feijó, Martinópolis - CE.

3. Mestra em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Licenciada e bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Professora da rede pública estadual na Escola de Ensino Integral Prefeito Dário Campos Feijó, Martinópolis - CE.

1. INTRODUÇÃO

A construção de ambientes escolares inclusivos e respeitosos demanda, cada vez mais, a inserção de práticas pedagógicas que abordem de maneira crítica e sistemática as questões de gênero, sexualidade e diversidade. No entanto, mesmo diante de avanços legislativos e sociais, o espaço escolar ainda reproduz, muitas vezes de forma inconsciente, preconceitos que impactam negativamente a formação cidadã dos estudantes. Tais reproduções estão relacionadas a uma formação histórica e estrutural que invisibilizou ou distorceu identidades de gênero e sexualidade diversas, reforçando estigmas e violências simbólicas. Frente a essa realidade, a escola se apresenta não apenas como espaço de reprodução, mas também como potencial local de resistência, de transformação social e de promoção da equidade.

Em um cenário em que a diversidade humana precisa ser reconhecida e valorizada como parte essencial da formação integral dos sujeitos, torna-se urgente repensar o currículo escolar, para que este contemple de forma sistemática temas que historicamente foram silenciados. Apesar da existência de diretrizes nacionais para a promoção dos direitos humanos e da diversidade nas escolas, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), a efetiva implementação de ações educativas específicas ainda é tímida e, na maioria das vezes, relegada a projetos extracurriculares ou disciplinas eletivas.

Diante desse contexto, esta pesquisa propõe-se a analisar a percepção dos estudantes do ensino médio acerca da disciplina eletiva **Gênero e Diversidade**, ministrada ao longo de diversos semestres, e a defender a necessidade de sua inclusão como componente obrigatório no currículo escolar. O objetivo geral é avaliar o impacto da disciplina na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e no enfrentamento ao preconceito, além de contribuir com argumentos que sustentem sua obrigatoriedade na formação básica dos jovens. Como objetivos específicos, busca-se: identificar mudanças nas percepções dos estudantes sobre gênero e diversidade após a vivência da disciplina; avaliar a efetividade das metodologias interativas empregadas; e compreender o potencial dessa formação para a construção de uma cultura escolar plural, democrática e antidiscriminatória.

Parte-se do pressuposto de que a inclusão obrigatória de conteúdos sobre gênero, sexualidade e diversidade no currículo escolar promove a formação de sujeitos mais conscientes, críticos e capazes de respeitar as múltiplas formas de existência na sociedade. A hipótese que orienta esta investigação é que a sistematização desse conteúdo, em caráter contínuo e obrigatório, favorece a redução das práticas discriminatórias no ambiente escolar e amplia a compreensão dos direitos humanos entre os estudantes.

A originalidade deste estudo reside no seu enfoque empírico ao analisar os impactos diretos da disciplina "Gênero e Diversidade" na vivência escolar dos estudantes, oferecendo subsídios práticos para o debate sobre a institucionalização dessas temáticas no currículo obrigatório. Embora existam produções acadêmicas que discutam a importância da abordagem de gênero na educação, poucos trabalhos têm se dedicado a investigar, na prática escolar cotidiana, as percepções dos alunos e os efeitos de metodologias interativas centradas na diversidade. Assim, esta pesquisa contribui para preencher uma lacuna, articulando teoria e prática pedagógica em defesa de uma escola verdadeiramente inclusiva e acolhedora.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A abordagem de gênero, sexualidade e diversidade no ambiente escolar tem sido tema central de debates acadêmicos contemporâneos, especialmente em função dos desafios colocados para a construção de uma educação plural e inclusiva. A escola, como espaço social de formação de sujeitos, não é neutra em relação às questões de identidade, diferença e desigualdade, e é nesse contexto que se evidencia a importância de incorporar sistematicamente esses temas no currículo obrigatório.

Segundo Guacira Lopes Louro (1997), as práticas escolares tradicionalmente reproduzem normas de gênero que reforçam hierarquias e exclusões, tornando necessário repensar o papel da educação na desconstrução de estereótipos e na promoção do respeito à diversidade. Para a autora, "as instituições educativas são também espaços de produção e regulação das identidades" (LOURO, 1997, p. 21), o que implica reconhecer que a intervenção pedagógica consciente pode colaborar para o reconhecimento e a valorização das diferenças.

Complementando essa perspectiva, Joan Scott (1995) define gênero como uma categoria útil para a análise histórica, revelando como as relações de poder se constroem socialmente a partir das diferenças sexuais. Para a autora, entender gênero é fundamental para compreender a organização das relações sociais e das estruturas de desigualdade. No campo educacional, a adoção do conceito de gênero como categoria analítica permite a construção de práticas pedagógicas mais críticas, capazes de desnaturalizar preconceitos e ampliar os horizontes de cidadania.

No Brasil, Berenice Bento (2006) destaca a necessidade de pensar a escola como espaço de afirmação de identidades plurais e de combate às violências motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. De acordo com a autora, "o reconhecimento da diferença é um dos primeiros passos para a promoção da igualdade" (BENTO, 2006, p. 45), evidenciando que a omissão curricular sobre essas questões contribui para a manutenção de práticas discriminatórias.

A teoria da performatividade de gênero, desenvolvida por Judith Butler (1990), também oferece importantes subsídios teóricos para a análise da necessidade de um currículo voltado à diversidade. Butler argumenta que o gênero não é uma essência fixa, mas uma construção social repetidamente performada, sendo o espaço escolar um dos locais privilegiados dessa repetição normativa. Dessa forma, a inserção de conteúdos que questionem as normas hegemônicas de gênero pode abrir caminhos para práticas educativas mais inclusivas e emancipadoras.

bell hooks (1994), ao discutir a educação como prática da liberdade, reforça que a transformação social passa pela democratização dos espaços educativos, tornando a sala de aula um local de crítica às opressões e de valorização das múltiplas vozes silenciadas pela tradição escolar. Para Hooks, "ensinar é um ato de resistência" (HOOKS, 1994, p. 13), especialmente quando se busca romper com o modelo autoritário e homogeneizador de ensino.

O currículo, entendido como construção social, é um espaço político que seleciona e legitima determinados saberes e identidades em detrimento de outros (MOREIRA; SILVA, 2002). Assim, incorporar sistematicamente o debate sobre gênero, sexualidade e diversidade no currículo obrigatório significa reconhecer que a educação é também um ato de intervenção na

realidade social, no sentido de promover práticas mais equitativas e democráticas.

Compreender a educação como prática transformadora exige que a diversidade seja reconhecida não apenas como pauta de inclusão, mas como elemento constitutivo dos processos educativos. Nesse sentido, Miskolci (2017) afirma:

A escola precisa ser pensada como um espaço de disputa de sentidos sobre as normas sociais, especialmente aquelas que definem o que é aceitável em termos de gênero e sexualidade. Não se trata de apenas incluir alunos 'diferentes', mas de transformar os próprios padrões que produzem as diferenças como desigualdades. A educação para a diversidade não pode ser limitada a eventos isolados ou atividades complementares; ela deve ser incorporada como princípio curricular, promovendo reflexões contínuas e críticas sobre as formas de exclusão que estruturam a sociedade" (MISKOLCI, 2017, p. 112).

Essa reflexão reforça a necessidade de inserir sistematicamente as discussões de gênero, sexualidade e diversidade no currículo obrigatório do ensino médio, ultrapassando abordagens pontuais e garantindo uma formação crítica que questione os mecanismos de produção de desigualdades. Como aponta o autor, é essencial que a escola deixe de ser apenas um espaço de reprodução normativa e se constitua como local de problematização e transformação social, reconhecendo e valorizando todas as formas de existência.

Por fim, Sérgio Carrara (2015) destaca que o reconhecimento das diversidades sexuais e de gênero no âmbito escolar está diretamente relacionado à promoção dos direitos humanos. Carrara ressalta que a ausência dessa temática nos currículos reforça a exclusão e compromete o direito fundamental à educação sem discriminação.

Diante desse quadro teórico, evidencia-se que a inclusão de disciplinas que abordem gênero, sexualidade e diversidade de forma sistemática no currículo do ensino médio não é apenas uma demanda educacional, mas uma exigência ética e social para a construção de uma escola plural, inclusiva e promotora de direitos.

3. METODOLOGIA

O estudo foi realizado no contexto da Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Prefeito Dário Campos Feijó, localizada no interior do estado do Ceará, abrangendo as

turmas do ensino médio que participaram da disciplina eletiva "Gênero e Diversidade" no período de 2022 a 2024. O cenário da pesquisa compreendeu tanto as atividades presenciais em sala de aula quanto os registros documentais produzidos durante as práticas pedagógicas.

A pesquisa adotou o método do estudo de caso (YIN, 2015), por se tratar da análise aprofundada de uma experiência educativa específica dentro de um contexto determinado. Esse método permitiu a investigação detalhada da percepção dos estudantes, bem como a compreensão dos efeitos pedagógicos da disciplina no ambiente escolar. A abordagem utilizada foi qualitativa, pois buscou interpretar as representações e sentidos atribuídos pelos estudantes à disciplina (MINAYO, 2001). Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, voltada para promover impacto social e educacional por meio da proposição de mudanças no currículo escolar.

Em relação aos objetivos, o estudo caracteriza-se como descritivo e exploratório: descritivo, ao registrar e analisar as percepções dos estudantes, e exploratório, ao buscar compreender a relevância da disciplina em um contexto ainda pouco sistematizado no currículo obrigatório.

As técnicas de coleta de dados envolveram rodas de conversa orientadas por roteiros semiestruturados, análise de materiais pedagógicos (cartazes, vídeos, apresentações em slides e paródias) e questionários abertos aplicados ao final de cada semestre. Essas técnicas foram utilizadas com base nos referenciais de Gaskell (2002), que aponta a importância de técnicas abertas para captar a diversidade de interpretações dos sujeitos pesquisados.

Para a análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo segundo Bardin (2016), pois esta técnica possibilita a identificação de categorias emergentes a partir das falas e produções dos estudantes, permitindo uma interpretação crítica dos significados atribuídos à experiência educativa.

O universo da pesquisa abrangeu aproximadamente 120 estudantes que cursaram a disciplina no período estudado. A amostragem foi intencional, composta pelos estudantes que participaram ativamente das atividades avaliativas da disciplina e responderam integralmente ao questionário aplicado, totalizando 85 sujeitos.

O desenvolvimento da pesquisa seguiu as seguintes etapas: inicialmente, foi realizada a seleção dos instrumentos de coleta e a preparação dos roteiros de rodas de conversa. Em seguida, procedeu-se à coleta dos dados ao longo da realização da disciplina em diferentes semestres. Posteriormente, os materiais foram organizados e sistematizados para análise, sendo categorizados com base nas orientações da análise de conteúdo. Por fim, os resultados foram interpretados à luz dos referenciais teóricos adotados, permitindo estabelecer relações entre as práticas pedagógicas desenvolvidas e as percepções dos estudantes sobre a necessidade de inclusão obrigatória da disciplina.

A pesquisa respeitou os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o anonimato dos participantes e a utilização dos dados exclusivamente para fins científicos.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados coletados junto aos estudantes que cursaram a disciplina **Gênero e Diversidade** revelou resultados altamente significativos para a compreensão do impacto de práticas pedagógicas voltadas à equidade e ao respeito à diversidade no ambiente escolar. Os resultados foram organizados de acordo com as categorias analisadas, articulando as respostas dos estudantes com os referenciais teóricos discutidos na fundamentação.

Em relação à percepção sobre a importância da disciplina, 71,4% dos estudantes classificaram a eletiva como "muito importante" e 27% como "importante", totalizando um índice de 98,4% de valorização positiva. Apenas 1,6% declarou não atribuir importância à disciplina. Esses dados reforçam a hipótese inicial desta pesquisa, de que a abordagem sistemática dos temas de gênero e diversidade é percebida como essencial para a formação cidadã no ensino médio. Como afirma Louro (1997), a escola é um espaço de produção de identidades, e, portanto, sua intervenção consciente pode contribuir para transformar concepções normativas que historicamente invisibilizaram as diferenças.

Quanto à contribuição para o combate ao preconceito, 57,1% dos estudantes afirmaram que a disciplina "ajuda bastante", enquanto 27% indicaram que "ajuda" e 15,9% reconheceram que "ajuda um pouco". Não houve

respostas indicando que a disciplina seria ineficaz nesse aspecto. Essa percepção dos alunos corrobora a análise de Joan Scott (1995), segundo a qual o gênero, como categoria de análise, permite desestabilizar construções sociais naturalizadas, operando diretamente sobre as estruturas de poder e exclusão. Ao tratar a diversidade como eixo de formação e não apenas como tema periférico, a disciplina parece ter cumprido um papel de conscientização crítica, fundamental para a desconstrução de preconceitos.

O impacto pessoal também foi bastante expressivo: 54% dos estudantes afirmaram que a disciplina "ajudou bastante" a se tornarem pessoas mais conscientes e respeitadas, 41,3% afirmaram que "ajudou" e apenas 4,8% indicaram impactos limitados ou inexistentes. Essa mudança de percepção sobre si mesmos e sobre o outro remete às reflexões de bell hooks (1994), que concebe a educação como prática da liberdade, um processo de transformação pessoal que ultrapassa a mera aquisição de conteúdos e se projeta na construção de novas formas de ser e de se relacionar no mundo.

No tocante à defesa da inclusão da disciplina no currículo obrigatório, a resposta foi praticamente unânime: 98,4% dos estudantes responderam "sim, com certeza". Apenas 1,6% declarou não considerar necessária sua obrigatoriedade. Esse dado é particularmente significativo, pois indica que, para quase a totalidade dos estudantes, a disciplina não apenas cumpre uma função educativa importante, mas deveria ser estruturada como direito universal dentro do sistema escolar. Esta constatação dialoga com a perspectiva de Miskolci (2017), para quem a diversidade deve ser incorporada como princípio estruturante do currículo, rompendo com práticas pontuais e eventuais que não alteram efetivamente o ambiente escolar.

As respostas abertas dos estudantes corroboram esses achados quantitativos. Muitos relataram que a disciplina permitiu "refletir sobre coisas que nunca haviam pensado", "entender melhor as diferenças" e "perceber o quanto o respeito é fundamental para a convivência". Esses relatos demonstram que a experiência de aprendizagem não se limitou ao campo conceitual, mas atingiu dimensões éticas e afetivas essenciais para a educação para a cidadania, conforme defendem autores como Carla Akotirene (2019), que enfatiza a importância de práticas educativas interseccionais, capazes de articular gênero, raça e classe nas análises e nas intervenções pedagógicas.

Entretanto, o desenvolvimento da disciplina também revelou desafios importantes. A resistência de alguns estudantes a debater temas considerados "polêmicos" ou "delicados" foi observada principalmente nas primeiras semanas da eletiva, evidenciando que, como aponta Patricia Hill Collins (2017), as estruturas de opressão não se desconstruem apenas com a informação, mas exigem processos pedagógicos contínuos, que questionem as hierarquias naturalizadas e promovam a escuta ativa e o respeito mútuo. Esse desafio repercutiu diretamente nos resultados, exigindo adaptações metodológicas para garantir a participação de estudantes mais resistentes ou inseguros.

Outro desafio foi a necessidade de desenvolver atividades diversificadas que contemplassem diferentes perfis de aprendizagem, especialmente entre estudantes mais tímidos ou com dificuldades de expressão oral. As rodas de conversa, por exemplo, precisaram ser adaptadas para formatos menores e mais acolhedores. Essa adaptação reforça a importância de pensar a educação para a diversidade também como uma prática de escuta e de sensibilidade às diferentes formas de participação dos estudantes, conforme propõe Verônica Toste Daflon (2021), ao defender uma pedagogia da diferença que respeite os tempos e modos de ser de cada sujeito.

A análise das respostas abertas fornecidas pelos estudantes que cursaram a disciplina **Gênero e Diversidade** enriquece ainda mais a compreensão do impacto da prática pedagógica na formação crítica e cidadã. Ao serem convidados a expressar livremente seus sentimentos e percepções, os estudantes revelaram dimensões subjetivas e afetivas que complementam os dados quantitativos. Muitos descreveram a disciplina como um divisor de águas em sua trajetória escolar, mencionando não apenas o conhecimento adquirido, mas a transformação de valores pessoais. Como afirmou um dos participantes: "A eletiva nos abriu portas nas quais bastante alunos não haviam aberto, fazendo assim com que o preconceito ficasse apenas no passado e que o 'hoje' fosse diferente, melhor".

As respostas também evidenciam que a disciplina impactou significativamente a maneira como os estudantes percebem a alteridade e o respeito às diferenças. Um relato sintetiza esse processo formativo:

Meu momento com a eletiva foi maravilhoso, além de eu aprender diversas coisas não só de gênero, mas

sobre sexualidade e etc., eu aprendi a ter mais empatia e respeito, então foi maravilhoso, além das dinâmicas e atividades. (Participante da pesquisa, 2024)

Esse tipo de depoimento ressoa diretamente com a concepção de bell hooks (1994), que vê na educação libertadora a capacidade de afetar a subjetividade dos estudantes, promovendo não apenas o saber, mas a construção de novas formas de ser no mundo.

Outro aspecto relevante emergente dos discursos é a tensão entre o aprendizado escolar e as vivências familiares, muitas vezes marcadas por valores discriminatórios. Um participante relatou:

A minha família não é a favor de escolha de gênero e sexualidade, digamos que são um tanto homofóbicos, mas eu sou diferente, tenho uma mente mais aberta para aceitar e respeitar as coisas. Aqui em casa já rolou muitas brigas, a maioria minha e da minha mãe. Não entendo porque, se as pessoas não aceitam, poderiam pelo menos respeitar, mas nem isso fazem. Infelizmente é muito triste ver que as pessoas não possuem empatia umas com as outras. (Participante da pesquisa, 2024)

Esses relatos apontam para a importância da escola como espaço de resistência e reeducação para os direitos humanos, como defendido por Carla Akotirene (2019), que destaca a necessidade de formar sujeitos conscientes de sua inserção nas múltiplas tramas de opressão e resistência.

Finalmente, diversas falas demonstram uma percepção crítica sobre a limitação de acesso ao conteúdo da disciplina apenas por meio de eletivas. Para muitos, o ideal seria sua universalização no currículo obrigatório, como revela a seguinte manifestação: "É uma eletiva que deveria ser bem mais valorizada, pois existe muita diversidade de gênero, então deveria ser colocada como eletiva de todos os anos" (Participante da pesquisa, 2024)

Essa defesa espontânea reforça a necessidade de políticas curriculares que integrem de forma estruturante o debate sobre diversidade, gênero e direitos humanos em todas as etapas da educação básica, tal como apontam Miskolci (2017) e Patricia Hill Collins (2017) em suas análises sobre a centralidade da diversidade nos processos formativos democráticos. De maneira geral, a análise dos dados permite afirmar que a disciplina "Gênero e Diversidade" cumpriu um papel formativo estratégico na construção de uma escola mais plural e democrática, promovendo não apenas a informação,

mas sobretudo a transformação de percepções e atitudes. A defesa quase unânime pela inclusão obrigatória da disciplina no currículo escolar aponta para a urgência de uma reforma curricular que reconheça a diversidade como princípio educativo fundamental. A pesquisa confirma que práticas pedagógicas centradas na equidade de gênero e diversidade são eficazes não apenas para promover o respeito às diferenças, mas também para ampliar as possibilidades de formação integral dos estudantes, fortalecendo o compromisso da escola com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a importância da inclusão de disciplinas específicas sobre gênero, sexualidade e diversidade no currículo obrigatório do ensino médio, a partir da experiência prática da eletiva **Gênero e Diversidade** ofertada a estudantes da rede pública estadual do Ceará. Com base na percepção dos próprios estudantes, nos resultados quantitativos e qualitativos e no diálogo com autores da área, foi possível comprovar a relevância formativa e social desse tipo de iniciativa no ambiente escolar.

Os dados evidenciaram que a abordagem sistemática dessas temáticas contribui para a construção de uma escola mais plural, inclusiva e respeitosa, ao promover transformações não apenas no nível conceitual, mas também no campo ético e afetivo dos estudantes. A defesa quase unânime da obrigatoriedade da disciplina, bem como os relatos de superação de preconceitos e de fortalecimento de atitudes empáticas, reforça a tese de que a formação em diversidade deve ser estruturante na educação básica, e não apenas opcional ou pontual.

A pesquisa revelou ainda desafios importantes, como as resistências iniciais por parte de alguns estudantes e a necessidade de adaptação metodológica para incluir diferentes perfis de participação, evidenciando que a consolidação de uma educação para a diversidade demanda esforços contínuos e políticas de formação docentes específicas.

Como contribuição, este estudo oferece subsídios teóricos e empíricos para a defesa da inclusão obrigatória de conteúdos de gênero e diversidade no currículo escolar, demonstrando, a partir da prática, os

impactos positivos dessa formação para a construção da cidadania e da cultura dos direitos humanos. Além disso, reafirma a escola como espaço privilegiado de disputa de sentidos, capaz de contribuir para a desconstrução de estigmas e para a promoção de sociedades mais justas e democráticas.

Como indicativo para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação dos estudos para diferentes contextos

escolares e realidades socioculturais, analisando comparativamente o impacto da formação em diversidade em escolas de diferentes portes, localizações e perfis socioeconômicos. Também se aponta a necessidade de investigar as práticas e discursos docentes sobre gênero e diversidade, para identificar estratégias eficazes de formação continuada que fortaleçam as ações pedagógicas em prol da equidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022: Informação e Documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa** – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 5 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, Berenice. **Sexualidade e saber: convites a uma crítica foucaultiana**. São Paulo: Garamond, 2006.

BRANDÃO, Antonio Helonis Borges. Trajetórias de um clássico: autorias, edições e leituras do Pavão Misterioso. **Revista Escritas do Tempo**, v. 3, n. 8, p. 73-98, mai./ago., 2021.

CARRARA, Sérgio. Discriminação, preconceito e intolerância: perspectivas e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 13-20, 2015.

DAFLON, Verônica Toste. **Pedagogias da diferença: raça, gênero e práticas antirracistas na educação básica**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7ª edição. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1989.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3ª edição. Rio de Janeiro, 1993.

LE COADIC, Yves-François. **Ciência da informação**. 2ª edição. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo. **Nos meios-termos dos mundos: dialética entre sentidos históricos e profissionais de professores-referência dos cursos de História da UECE**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. 533 f.

MISKOLCI, Richard. **Desejos contemporâneos: diversidade sexual, políticas de identidade e pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2015.